mente ser visados nos consulados helénicos, sendo êste visto apôsto gratuitamente.

Direcção Geral dos Negócios Políticos e Económicos, 25 de Novembro de 1938.—Pelo Director Geral, *Pedro Tovar de Lemos*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral de Ensino Primário

Portaria n.º 9:116

Convindo evitar a natural perturbação que resulta para o ensino da deslocação dos professores agregados no decorrer do ano lectivo, e sucedendo ainda que algumas escolas providas por êsses professores estão, na maioria dos casos, ocupadas até ao fim daquele ano pelos professores que delas foram transferidos:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, tendo em vista o disposto no artigo 13.º do decreto-lei n.º 28:081, de 9 de Outubro de 1937, que seja estabelecido o seguinte:

1.º Os professores do quadro de agregados, quando providos no quadro geral, só entrarão em exercício nos novos lugares no comêço do ano lectivo, considerando-se em comissão nas escolas onde estão colocados desde a data em que tomarem posse daqueles lugares.

2.º A posse poderá ser conferida até 30 de Setembro, devendo ser feita a devida comunicação de secretaria para secretaria, se o lugar provido depender de distrito diferente daquele onde o professor presta serviço, para efeito do respectivo abono.

3.º Os professores do quadro de agregados, quando providos no quadro geral, poderão também entrar em exercício desde logo nas novas escolas, uma vez que estas se encontrem sem titular e tenha cessado a razão que motivou a sua colocação provisória.

4.º Quando todavia se dê o caso previsto na parte final do número anterior e não seja possível a entrada do professor em exercício na escola onde foi provido, deverá a direcção do distrito escolar a que pertencia como agregado proceder imediatamente a nova colocação.

5.º No caso de a posse ser conferida depois do encerramento das aulas não poderão ser abonados os vencimentos ao professor até à sua entrada em exercício na nova escola.

Ministério da Educação Nacional, 2 de Dezembro de 1938. — O Ministro da Educação Nacional, *António Faria Carneiro Pacheco*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Por ter saído com inexactidões no *Diário do Governo* n.º 275, 1.ª série, de 26 de Novembro de 1938, a trans-

ferência de verba autorizada por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Educação Nacional de 7 do referido mês, novamente se publica:

CAPÍTULO 4.º

Da alínea a) do artigo 614.º para a alínea b) do mesmo artigo 12.600\$00

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 28 de Novembro de 1938.—O Chefe da Repartição, *Manuel Miranda*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 29:201

Com fundamento no disposto no § 3.º do artigo 6.º do decreto n.º 28:409, de 31 de Dezembro de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Podem ser aplicadas até à sua totalidade as seguintes dotações do capítulo 3.º «Direcção Geral dos Serviços Agrícolas» do orçamento do Ministério da Agricultura para o corrente ano económico de 1938, como segue:

Artigo 19.º—Ontras despesas com o pessoal:

1) Ajudas de custo 550.000\$00

Artigo 20.º—Aquisições de utilização permanente:

2) Aquisição de móveis:
a) Máquinas, aparelhos, instrumentos e utensílios 300.000\$00

Artigo 21.º—Despesas de conservação e aproveitamento do material:

2) De semoventes:
b) Viaturas com motor 290.000\$00

Artigo 24.º—Despesas de comunicações:

2) Telefones 33.400\$00
3) Transportes 314.200\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Dezembro de 1938. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.